

## 1. ACESSIBILIDADE DOS MESTRADOS

### Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

2. Atravessamos um período de uma incerteza elevada, temos a maior inflação das últimas duas décadas. Este fator transmite uma instabilidade indesejável, tal como todas as outras. Porém, isto afeta o nosso poder de compra e inviabiliza-nos de prosseguir o quotidiano com normalidade. Vemo-nos impedidos de quaisquer excessos para lazer ou para um bem duradouro. A cautela e a precaução quanto aos nossos gastos são uma constante. Por isso, também estudar se torna cada vez mais dispendioso, quer nos custos relacionados com a habitação quer com os custos associados à mobilidade ou até mesmo os bens alimentares.

Não obstante, os esforços das famílias em possibilitar que os jovens se formem e augurem um futuro próspero e que lhes permita sonhar, é inevitável. A banalidade associada a uma licenciatura atualmente é exponencial, mas evolui a par da dificuldade em sustentar esse percurso.

Os números apelidam os jovens da atualidade como a mais bem qualificada geração de sempre. Sabe-se que, dos jovens que finalizam o ensino secundário, nove em cada dez (90%) candidatam-se ao ensino superior, sendo que mais de 98% destes se tornam estudantes universitários.

Em Portugal, segundo um estudo do EUROSTAT, no ano de 2021, dos jovens que se situam entre os 25 e os 34 anos, 45% possuem uma licenciatura. Subindo 7,4% em relação ao ano anterior. Facilmente se conclui que este grau académico é, previsivelmente, frequente e indistinto. Por conseguinte, a necessidade de recorrer ao mestrado como elemento de distinção entre candidatos, nos processos de candidaturas é uma vulgaridade.

Como se sabe, um mestrado faculta a um jovem maior conhecimento técnico e especialização numa área específica de estudo. Requer algumas condicionantes que podem dificultar, mas é de fácil perceção que os

benefícios superam quaisquer inviabilidades. O problema maior incide na acessibilidade e mestrados que não pertencem aos planos de integração em comunhão com as licenciaturas, são colocados no mercado por quantias exorbitantes. De acordo com dados da Pordata, de 2007 para 2019 a quantidade de mestrados no ensino superior quadruplicou, situando-se nos 32%.

Destarte, a conhecida e quase obrigatória frequência de mestrado para elevar o nível de conhecimento, aprofundar e especializar uma vertente e, ainda, aumentar a capacidade de competir por vagas mais aliciantes, coloca-nos um problema em mãos. A fim de mitigar a iniquidade nos custos associados a esta temática e de igualar a proporção de oportunidades que surgem para qualquer jovem, agir torna-se uma inevitabilidade.

3. Com o objetivo de possibilitar aos jovens com mais carências elevar os seus estudos ao nível especializado, a alternativa mais concordante é criar patamares para o valor das propinas. Assim como a taxação dos rendimentos das famílias é progressiva, porque não adaptar o mesmo regime à educação superior? A sugestão passa pela valoração numérica dos rendimentos dos contribuintes cujos alunos são dependentes e atribuir-lhes o degrau correto na escalada das propinas. Através da desagregação do valor total em três/quatro camadas (p.e. 50%, 66,7%, 83,3% e 100%). Desta forma, mitigar-se-á qualquer situação que seja suscetível a exclusão social, essencialmente devido ao contexto económico de cada família.

*A Juventude Socialista*, que é o garante de igualdade, equidade e símbolo do progressismo, compromete-se a facultar oportunidades aos jovens que carecem de apoios. Deste modo, e tendo em conta o supramencionado, proporcionar igualdade de oportunidades a todos os jovens que queiram frequentar um mestrado, mesmo que este supere as suas posses, deve ser um dos objetivos, a fim de uma sociedade mais equilibrada e sem qualquer possibilidade de exclusão.

*Braga, 17 de dezembro de 2022*